

Que finalidades e objectivos para a educação?

Os sistemas educativos foram desde sempre inspirados por finalidades ou objectivos explicitados pelo Estado e pela Igreja, ou, em menor grau, por outras entidades responsáveis pela educação. Por outro lado, o Estado, pela sua própria natureza, exprime os interesses daqueles que o dominam. Não admira por isso que se reconheça que o sistema educativo é mais solicitado para as questões colocadas pela economia do que pela cidadania. No fim, ele responde aos desejos mais profundos das classes hegemónicas.

Embora se considere, na linha de pensamento que tem vindo a ser desenvolvida ao longo deste debate, que a educação para a cidadania deva ser privilegiada, não se deve perder de vista que na formação cidadã está implícita a formação para o desempenho de uma actividade económica. O cidadão completo é também um trabalhador, um produtor.

Porém, se na escola da sociedade industrial, que marca ainda o actual paradigma educativo, a preocupação incidia na formação profissional ? a família e a igreja assumiam, pelo menos em parte, as responsabilidades da educação social ?, não podemos pensar que respondemos às necessidades de formação dos cidadãos contemporâneos com os métodos e os modelos do passado. O sistema educativo actual tem de ter finalidades que respondam à formação global dos cidadãos, ? ao mais alto nível ? tanto no campo social como no profissional.

No novo paradigma educacional, a aprendizagem escolar deve ser integradora, anulando a diferença entre a teoria e a prática, entre a ciência e a técnica, entre o ensino tecnológico e profissional e a aprendizagem científica. Já não há lugar para a dicotomia entre o saber e o fazer. Saber é saber fazer. Todo o ensino é teórico-prático.

No campo da educação social ela deve responder às potencialidades e aos interesses de cada um, procurando dar respostas globais e não sectárias. Nesse sentido, os sistemas educativos devem ter como principal finalidade, tanto na vertente da educação escolar como da educação social, a formação de cidadãos que questionem, que actuem e que transformem a realidade social.

Paralelamente, pode também questionar-se que tipo de relação deve a escola manter com o mundo do trabalho. Sem pretender, mais uma vez, que a escola se assuma como um local de produção de mão-de-obra e que esteja subordinada ao plano económico, não é de excluir que ela proporcione a apropriação dos contextos de trabalho, nomeadamente no ensino secundário e superior, através de contactos informais com o tecido económico. Nem se exclui que o último ano do secundário seja realizado em contexto de trabalho.

No 12º ano, haveria vantagem que um terço ou um quarto do período de formação pudesse ser realizado directamente em contexto de trabalho, o que poderia constituir não só uma forma de o aluno experienciá-lo como contribuir para consolidar possíveis relações de parceria entre os conselhos locais de educação e os sectores produtivos.

Outra das questões que se colocam concretamente em relação aos objectivos que se pretendem para a educação é a de saber como impedir que o sistema educativo continue a segregar os alunos e a formá-los ? reproduzindo a sua origem social ? para os diferentes patamares sociais; como evitar que a sua finalidade principal seja a de separar uma elite com destino ao ensino superior de uma massa educacionalmente pouco ou nada qualificada.

Deve ou não todo o ensino secundário ter um carácter terminal? Deve ou não organizar-se de modo a conceder certificações que, simultaneamente, permitam o acesso ao trabalho e o prosseguimento de estudos? Deve ter responsabilidade pelo acesso ao ensino superior ou deve o ensino superior assumir a responsabilidade pelo recrutamento dos seus alunos?

Recolha: **Ricardo Jorge Costa**

Organização do texto: **Ricardo Jorge Costa e José Paulo Serralheiro**